

O ESTADO DE S. PAULO

Publicado desde 1875

AMÉRICO DE CAMPOS (1875-1984)
FRANCISCO RAMEL PESTANA (1875-1890)
JULIO MESQUITA (1895-1927)
JULIO DE MESQUITA FILHO (1915-1989)
FRANCISCO MESQUITA (1915-1989)

LUIS CARLOS MESQUITA (1952-1970)
JOSÉ VIEIRA DE CARVALHO MESQUITA (1947-1988)
JULIO DE MESQUITA NETO (1948-1996)
LUIS VIEIRA DE CARVALHO MESQUITA (1947-1997)
RUY MESQUITA (1947-2013)

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
PRESIDENTE
ROBERTO CRISSTUMA MESQUITA
MEMBROS
FRANCISCO MESQUITA NETO
JULIO CESAR MESQUITA
LUIS CARLOS ALENCAR
RODRIGO LARA MESQUITA

DIRETOR PRESIDENTE
FRANCISCO MESQUITA NETO
DIRETOR DE JORNALISMO
EURÍPEDES ALCANTARA
DIRETOR DE OPINIÃO
MARCOS GUTERMAN

DIRETORA JURÍDICA
MARTANA UEMURA SAMPAIO
DIRETOR DE MERCADO ANUNCIANTE
PAULO BOTELHO PESSOA
DIRETOR FINANCEIRO
SERGIO MALGUEIRO MOREIRA

NOTAS E INFORMAÇÕES

Venda casada



Ao colocar Dino no STF e Lewandowski na Justiça, Lula deixa claro que o jogo político se dará no Supremo. Se é uma garantia de governabilidade, também é óbvia deformação do sistema

A tacada dupla de nomeações, consumada com a imagem do presidente Lula da Silva circundado por Flávio Dino e Ricardo Lewandowski no Palácio do Planalto, reafirma o movimento de aproximação entre o Executivo e o Judiciário como forma de sustentação da governabilidade. Pelas indicações casadas, pelo histórico de ambos e pelo discurso sem filtros de Lula, o gesto sela em definitivo aquilo que se avizinhava: uma aliança tática do governo com o Supremo Tribunal Federal (STF), o re-

forço da politização da Corte e sua consolidação como fiador de um novo arranjo institucional, no qual exerce papel crescente na arena política. Na cosmologia lulopetista, o sentido é o mesmo ao nomear como seu novo auxiliar um ex-integrante da Corte que deu sucessivas demonstrações de apreço e proteção jurídica ao próprio Lula e a muitos dos seus companheiros, e ao levar à instância máxima da Justiça um aliado de primeira hora, com perfil de notório saber político. A despeito dos desafios de ambos no estrito dever do cargo, aos dois reserva-se um

papel inquestionável: ajudar Lula e seu governo.

De maneira otimista, pode-se dizer que essa ascensão do Judiciário significa uma reação inevitável do sistema de pesos e contrapesos da República, tisonado pela fragilização do Executivo diante de um Congresso hoje hostil, indócil e forte, e de uma base partidária de apoio ao governo frágil e fragmentada entre muitas e médias bancadas – elementos que criaram uma espécie de parlamentarismo bastardo, com poder gigantesco do Legislativo sobre o Orçamento e as agendas de interesse do Executivo. O mesmo presidencialismo de coalizão que manteve o funcionamento e o equilíbrio sistêmico durante os governos da Nova República colapsou com a crise de representação depois das manifestações de 2013. Os escândalos de corrupção e a Lava Jato completaram a crise e legitimaram a força do Judiciário nos anos seguintes.

Enquanto a independência do Executivo e do Legislativo se esvaía no mesmo compasso da força suprema do STF, a Corte sublinhava sua condição não apenas de guardião da Constituição, como também de um tribunal penal político. Não sem excessos no protagonismo individual de seus ministros, com declarações políticas cada vez mais frequentes e desinibidas. Tudo isso resultou no que analistas vêm chamando de “judicialismo de coalizão”. Em outras palavras, segundo essa tese, o regime presidencialista só funciona se o presidente tiver uma boa bancada no Supremo Tribunal Federal como parte do jogo político da governa-

bilidade. É o que Lula vem fazendo.

O outro lado da moeda revela-se mais inquietante: a naturalidade espantosa com que o presidente demonstrou usar as nomeações e referir-se aos nomeados como parte desse jogo. Ou de admitir seu “sonho antigo”, palavras dele, de ter alguém com “cabeça política” na mais alta Corte do País.

Em sua fala, Lula exaltou a experiência política de Flávio Dino como sínonimo de sua competência futura na bancada lulista no STF, mandando às fadas a própria tentativa do nomeado de se dissociar de tal papel, quando afirmou na sabatina no Senado que não seria influenciado pela sua carreira pública. Diz quem pode, acredita quem quer. Já de Lewandowski espera-se um pouco mais de equilíbrio e comedimento ao tratar dos temas de sua futura pasta, diferente da vocação midiática de Flávio Dino. Ele tem a confiança e o respeito dos seus ex-colegas do STF, respaldo no meio jurídico e, é inegável, uma enorme folha de serviços prestados à defesa de Lula e de outros réus petistas durante o calvário na Lava Jato. Do futuro ministro da Justiça, portanto, não se questiona a fidelidade ao novo chefe nem a capacidade de trazer-lhe dividendos políticos e institucionais junto à sua antiga casa.

No jogo de sobrevivência política, Lula ampliou seu cardápio de possibilidades de governabilidade para conter o Congresso, enquanto o STF aprofunda seu risco maior: ser visto cada vez mais com desconfiança, por imiscuir-se em demasia em questões políticas e partidárias. Maus presságios. ●

Tecnologia contra a democracia

A distorção da realidade por IA é o maior risco global no curto prazo, diz o Fórum Econômico Mundial. Governo e sociedade devem se preparar para lidar com inaudita ameaça à democracia

Lá se vão quase 20 anos desde que o cientista político Larry Diamond observou um movimento de enfraquecimento da democracia liberal mundo afora após um período de apogeu que vai desde o pós-guerra até o fim de ditaduras na América Latina, no Leste Europeu e em alguns países da África e da Ásia. O professor da Universidade Stanford chegou a cunhar a expressão “recessão democrática” para descrever a queda do número de cidadãos governados por democracias e a perda de qualidade da democracia nos países que, mesmo de forma claudicante, ainda mantinham hígidos alguns de seus atributos.

Passado todo esse tempo, nada indica um refluxo do movimento liberticida, ao contrário. O mesmo desenvolvi-

mento tecnológico que tanto tem beneficiado a humanidade ao criar soluções inovadoras para problemas complexos e eliminar barreiras de toda sorte entre indivíduos e empresas, por outro lado, tem imposto desafios inauditos à democracia. Alguns destes ainda mais ameaçadores, como é o caso da fabricação da “realidade” por inteligência artificial (IA).

A dimensão dessa ameaça foi dada recentemente pelo Fórum Econômico Mundial. De acordo com o *Relatório de Riscos Globais 2024*, publicado pela organização no dia 10 passado, as informações falsas ou distorcidas produzidas por IA representam nada menos que o “maior risco global no curto prazo”. Neste ano, cerca de 2 bilhões de eleitores irão às urnas em diversos países, inclusive os brasilei-

ros, que escolherão seus futuros prefeitos e vereadores em outubro. Poucas coisas corroem tanto os pilares democráticos quanto o falseamento da realidade.

Por excelência, ciclos eleitorais são os momentos mais propícios à discussão de programas de governo, avaliação de políticas públicas e orientação dos destinos de uma sociedade. É o tempo em que os cidadãos decidem sobre os caminhos que desejam trilhar coletivamente. Não há, nunca houve e jamais haverá convergência total entre eles, mas o brilho da democracia se irradia com mais força justamente nessa concertação entre os divergentes em bases minimamente consensuais sobre a realidade em discussão. Quando se perde a capacidade de distinguir entre fatos e falsidades no debate público, não se pode mais falar em democracia. Ou, parafraseando o professor Eugênio Bucci, articulista deste jornal, não existe democracia sem verdade factual.

Num passado não tão longínquo, quando o alcance da desinformação era limitado por obstáculos materiais e geográficos, era mais simples adotar regras que, a um só tempo, resguardassem a liberdade de expressão dos cidadãos e garantissem a qualidade do debate público a partir da valorização da verdade dos fatos. Essa tarefa se tornou um desafio dos mais complexos

para os democratas mundo afora, em particular pela proliferação do uso de IA por indivíduos e grupos tão poderosos quanto mal-intencionados, que se valem da manipulação da realidade para minar as liberdades democráticas, tidas como entraves aos seus interesses políticos e econômicos.

Se não se pode de nenhuma maneira cercar a liberdade de expressão, também não é possível permitir que meia dúzia de gigantes da tecnologia, que hoje monopolizam o debate público e têm literalmente o poder de distorcer a pauta política por meio de algoritmos que privilegiam a desinformação e o ódio, siga sem qualquer responsabilidade. A simples inação não é uma opção. Ora, não é por outra razão, convém lembrar, que campanhas eleitorais são regidas por legislação própria, com vistas a preservar o interesse público do mau exercício de direitos individuais.

Há poucos dias, a propósito, o Tribunal Superior Eleitoral publicou uma minuta de resolução sobre o uso de IA na campanha de 2024. Mas só a Justiça Eleitoral não basta. É preciso que os eleitores escolham fontes de informação confiáveis, deixando de lado os discursos mentirosos, por mais sedutores que pareçam. Como parte essencial que são do processo eleitoral, os cidadãos têm responsabilidade no cuidado diário com a democracia. ●